

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS CODÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS – HISTÓRIA**

ATALIA TALITA DA SILVA

**UM PANORAMA SOCIOHISTÓRICO DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS DO LESTE
MARANHENSE E O PAPEL DA COMPANHIA MANUFATUREIRA E
AGRÍCOLA DE CODÓ**

**CODÓ- MA
2019**

ATALIA TALITA DA SILVA

**UM PANORAMA SOCIOHISTÓRICO DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS DO LESTE
MARANHENSE E O PAPEL DA COMPANHIA MANUFATUREIRA E
AGRÍCOLA DE CODÓ**

Monografia apresentada no Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, com habilitação em História, para obtenção de título de graduação.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Aragão
Silva

CODÓ- MA

2019

SILVA, Atalia Talita da.

**UM PANORAMA SOCIOHISTÓRICO DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS DO
LESTE MARANHENSE E O PAPEL DA COMPANHIA
MANUFATUREIRA E AGRÍCOLA DE CODÓ**

30 f.

Orientador: Prof. Dr. Jose Carlos Aragão Silva

Monografia (Graduação) – Curso de Licenciatura em Ciências Humanas,
com habilitação em História.

1. Manufatureira. 2. Codó. 3. Industrialização.

ATALIA TALITA DA SILVA

**UM PANORAMA SOCIOHISTÓRICO DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS DO LESTE
MARANHENSE E O PAPEL DA COMPANHIA MANUFATUREIRA E
AGRÍCOLA DE CODÓ**

Monografia apresentada no Curso de
Licenciatura em Ciências Humanas, com
habilitação em História, para obtenção de
título de graduação.

Orientador: Prof. Dr. Jose Carlos Aragão
Silva

APROVADO EM: / / 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva
(Orientador)

Prof. Dr. Alex de Sousa Lima

Profa. Dra. Jascira da Silva Lima

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças para superar as inúmeras dificuldades ao longo do caminho e por nunca ter me deixado desistir do meu objetivo, me colocando sempre de pé para a realização do meu trabalho.

Agradeço a minha ex-orientadora, professora Gabriela Melo pela orientação e pelos incentivos e apoio dado no começo deste trabalho. Essa ajuda contribuiu para a elaboração deste trabalho.

Somente Deus com sua infinita bondade nos concede a honra de termos anjos em nossas vidas, hoje eu agradeço por ter ganhado de presente um dos melhores anjos: meu ex-professor e eterno amigo Alex Lima, no qual o carregarei por toda vida, com um imenso carinho, faltaria palavras para descrever tamanha gratidão, e admiração pela pessoa que ele é. Obrigado por ter sido um verdadeiro amigo, excelente professor e, sobretudo meu maior incentivador durante essa longa jornada.

Deixo aqui meus agradecimentos a minha amável mãe, por nunca ter me abandonado nos momentos difíceis da minha vida, me dedicando todo seu amor, carinho e atenção, me incentivando e por nunca me ter deixado desistir.

Toda ação humana, que se torne positiva ou negativa precisa de motivação, desta forma agradeço também ao professor Jose Carlos Aragão Silva por me incentivar e sempre se mostrar disposto a me ajudar.

Minha energia é o desafio, minha motivação é a busca por soluções, é por isso que busco sempre ser uma vencedora, pois sou o resultado da confiança e da força de cada pessoa que em mim acreditou, busco sempre ir firme à direção das minhas metas, porque o pensamento cria, o desejo atrai, e a fé realiza.

Obrigado a todos vocês.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha querida mãe Aurilene da Silva Delfino que não poupou esforços para que eu concluísse esse projeto em minha vida, me deu apoio, incentivo e dedicação durante a realização do mesmo. Serei eternamente grata a Deus pela força, coragem, e perseverança que nunca me deixou faltar ao longo dessa caminhada.

“Quem estuda e não pratica o que aprendeu é como o homem que lavra e não semeia”

Provérbio Árabe

RESUMO

O propósito desta pesquisa foi construir um panorama do processo de industrialização no leste maranhense do final do século XIX e início do século XX, com olhar voltado para o leste maranhense, examinando, ainda, o papel da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão de Codó. Nesse investigação, foi necessário falar, ainda que brevemente, da industrialização do Brasil no período e do processo de industrialização fabril do Maranhão, o qual foi denominado de “loucura fabril”. No exame das fontes observamos o parque industrial que é construído no estado a partir da obtenção de recursos públicos e privados obtidos por empresários que foram considerados inovadores nessa região. No último capítulo dessa pesquisa, interpretamos o papel desempenhado pela Companhia Manufatureira e Agrícola de Codó no município de mesmo nome. Nesse exame focamos na sua implantação, produção de tecidos e a mão de obra empregada para o seu funcionamento e desenvolvimento enquanto empresa capitalista que se instalou na região com objetivo de auferir elevados lucros a partir da produção de tecidos.

Palavras-chave: Manufatureira, Codó, Industrialização

ABSTRACT

The purpose of this research was to construct a panorama of the process of industrialization in eastern Maranhão from the end of the 19th century and beginning of the 20th century, with a view towards east Maranhão, also examining the role of the Maranhão Codó Manufactory and Agricultural Company. In this investigation, it was necessary to speak, albeit briefly, of the industrialization of Brazil in the period and of the industrial industrialization process of Maranhão, which was denominated "factory madness". In the examination of the sources we observe the industrial park that is built in the state from the obtaining of public and private resources obtained by entrepreneurs who were considered innovators in this region. In the last chapter of this research, we interpret the role played by the Codó Manufactory and Agricultural Company in the municipality of the same name. In this exam we focused on its implantation, production of fabrics and the labor employed for its operation and development as a capitalist company that settled in the region with the objective of obtaining high profits from the production of fabrics.

Key words: Manufacturing, Codó, Industrialization

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. FRAGMENTOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX	13
3. A DENOMINADA “LOUCURA FABRIL” NAS TERRAS MARANHENSES	19
3.1 O Parque Industrial Maranhense: as primeiras experiências	21
3.2. De onde vinham os recursos utilizados na construção do parque fabril.....	22
4. A COMPANHIA MANUFATUREIRA E AGRÍCOLA DO MARANHÃO.	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa traz para o leitor um panorama sociohistórico das indústrias têxteis do Leste Maranhense e o papel desempenhado Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, instalada na cidade de Codó, no ano de 1892, como parte do processo de industrialização no Maranhão que teve seu auge no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

A escolha do objeto de estudo deveu-se a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento de uma História Econômica acerca de Codó interpretando os fatos acontecidos em Codó durante o período em que a fábrica teve em pleno auge econômico e social. Contudo, não se trata aqui de um trabalho que retoma a história econômica, como entendida dentro da proposta da *Escola do Annales*, cujo propósito era o estabelecimento de uma historiografia dita “nova”.

Cabe sublinhar que, apesar das conturbações que envolvem as pesquisas de história econômica na atualidade, como salientaram os historiadores João Frago e Manolo Florentino (1997), sobre a escassez de trabalhos vinculados às conjunturas e estruturas econômicas, nossa pesquisa pode colaborar com o tema.

Com efeito, a pesquisa aqui em discussão perpassa a história econômica sem desconsiderar sua relação com a história social e material, tendo em vista que interpreta o perfil fabril do país e do Estado do Maranhão. Nesse sentido, Godoy (2010) alerta que se deve falar sobre a temática das fábricas e do processo de trabalho capitalista alinhado aos acontecimentos ocorridos na história.

Ressalte-se que a proposta fabril no Brasil condiciona-se ao aumento quantitativo das unidades fabris e ao aumento quase ilimitado da capacidade de produzir bens, abrangendo assim um movimento econômico que levaria a história têxtil ao progresso e a modernidade.

As fábricas por sua vez estariam representando a materialização do domínio que o capital estaria exercendo sobre o trabalho, sendo que a partir do século XIX, representavam o aprofundamento das relações capitalistas. Essa organização do processo de trabalho nos moldes fabris atendia as necessidades colocadas para o aprofundamento dessas novas relações (GODOY, 2010).

É nesse contexto fabril que se encaixa na história da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, cuja indústria foi instalada na cidade de

Codó. Dissertando sobre os antecedentes desse processo que levaram à sua implantação, falaremos no primeiro capítulo sobre a Industrialização no Brasil no final do século XIX, fazendo um panorama a respeito desse processo que o país atravessou com indústria ainda montada em base modestas, mas que irá se adaptar no conceito do seria indústria nos moldes europeus.

A loucura fabril nas terras maranhense é o foco do segundo capítulo dessa pesquisa. Nela interpretamos o parque industrial maranhense e os recursos utilizados para sua construção, os quais advêm da esfera pública e privada, beneficiados pela produção de algodão barato, dado o fato de o estado ser um grande produtor dessa matéria prima. As contradições decorrentes desse processo também são evidenciadas quando o tão sonhado desenvolvimento econômico torna-se rápido e não duradouro como desejavam os industriais.

O último capítulo analisa alguns fragmentos da história da Companhia Manufatureira e Agrícola de Codó. Da implantação à sua expansão, interpretamos o contexto histórico do período, a produção de tecidos e a mão de obra envolvida, assim como os beneficiários do chamado progresso trazido com a industrialização, os quais dão pistas do que levou ao fracasso da primeira e única indústria de tecidos de Codó.

2. FRAGMENTOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

Antes do estudo da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, como já dito, se faz necessário à compreensão da questão fabril no Brasil, no que poderia ser definido como o advento da industrialização brasileira, entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Sobre esse processo a *A Luta da Industrialização do Brasil*, de autoria de (Vilela, 1978), fez-se importante para entender o andamento da indústria no país. A autora divide o processo de industrialização no Brasil de forma a mostrar as diferentes situações da indústria brasileira e de suas reivindicações em fase dos outros interesses nacionais. Segundo a pesquisadora, a campanha em prol da industrialização ganhou terreno principalmente depois da abolição do elemento servil. Acreditava-se que a partir daí nada mais seria capaz de deter o Brasil, uma vez que se apostava na sua marcha rumo ao progresso, uma vez que a extinção da escravidão, por outro lado, transformaria em assalariado milhares de trabalhadores, além de amparar por meio de créditos, a influente classe de ex-proprietários de escravos. (VILELA, 1978).

Nesse sentido, proclamada a República, todas as amarras foram supostamente quebradas. De fato, houve uma multiplicação nas empresas e surgiu assim uma espécie de loucura financeira no país, que ficou conhecida como uma fase de especulação desenfreada que caracterizou o biênio de 1890-1891, e teve o nome de enchilhamento (VILELA, 1978).

Alimentados pelo fluxo inflacionário em que o país vivia, foram surgindo Companhias de todas as partes, porém, estas eram incapazes de se sustentarem sozinhas, precisando então do apoio do governo. O governo por sua vez não se fazia nem um pouco capaz de ajudar, uma vez que não se inclinava nem mesmo para favorecer o desenvolvimento e o “progresso” tão almejado para o país (VILELA, 1978).

Nesse período emergiram empresas de várias espécies de negócios. Entre elas haviam aquelas destinadas ao ramo de navegação, exportações agrícolas, dentre outras. Considerava-se a indústria o escopo do momento, pois parecia que somente ela seria capaz de realizar o progresso e a libertação do atraso

vivido no país.

Acreditava-se, também, que:

A indústria democrática nos seus intuitos acelera os resultados, a fazer a felicidade dos operários, a valorizar e desdobrar as capitais do plutocrata, sempre em avanço a progredir, tipo da verdadeira energia americana (VILELA, 1978, p. 107).

As fábricas poderiam livrar o Brasil das garras do colonialismo que o tornara em um país fornecedor de matérias-primas para a Europa. A indústria lhe traria lucros importantes a partir das manufaturas. Noutros termos, era isso que se esperava com esse novo modelo comercial. Esperava-se um progresso que traria riquezas para a nação.

Contudo, sem levar em conta as condições econômicas vividas pelo país, as fabricas fizeram no exterior, fantásticas encomendas de máquinas e aparelhos. Porém não se atentaram e passou despercebido que esse otimismo excessivo em prol de um desenvolvimento, não se faria esperar pela falsa riqueza produzida, não tardando ao seu desmoronamento (VILELA, 1978)

As indústrias, no entanto, apresentavam os clássicos argumentos nacionalistas de defesa do trabalho da independência econômica do país, enfim estas solicitavam o auxílio do Estado, sob a forma de empréstimos governamentais. Na verdade, foi em nome da democracia industrial que se construiria uma plutocracia⁵. Um grupo em destaque, o dos banqueiros, que dirigia (e ainda parece dirigir) os destinos do país (VILELA, 1978).

Medidas favoráveis às indústrias foram tomadas:

O congresso votou em 1892, uma lei diminuindo de 30% as taxas de máquinas, instrumentos de lavoura, ferramentas para operários, matérias-primas, substâncias tintoriais, produtos químicos de uso nas indústrias e outros artigos de consumo nas fabricas (VILELA, 1978, p. 115).

Era aconselhável, ainda, para se promover o desenvolvimento industrial, estabelecer uma tarifa alfandegária que dispensasse-lhe uma proteção eficaz e equitativa para que assim pudesse de fato acontecer essas mudanças.

Pouco tempo durou, entretanto a nova tarifa. A queda do cambio acentuou-se cada vez mais, e o custo de vida ao contrario elevando-se, vão contribuir para que progressivamente se avolumem as hastes adversárias à industrialização do país (VILELA, 1978, p. 120).

As possibilidades industriais do Brasil já em 1895 manifestavam as suas duvidas opondo-se a uma agravação de impostos a que viria encarecer ainda mais o custo de vida. Por sua vez a lavoura se manifestaria diante tal situação, sendo que esta também fazia parte do cenário econômico brasileiro, e não ganhava as medidas cabíveis para a sua elevação no mercado (VILELA, 1978).

Por sua vez, a lavoura enciumada e prejudicada por este industrialismo oneroso, protestava na palavra do fazendeiro Moraes Barros, representante paulista na Câmara dos Deputados, afirmando que era para a lavoura que se deviam dirigir as atenções do governo, pois era com ela que se identificava o Brasil (VILELA, 1978, p. 121).

Partindo desse pressuposto, interpreta-se que os fatos ocorridos no processo de desenvolvimento no setor industrial da época, refletia, a partir de sua imagem, o retrato de um país com enormes dificuldades para o cumprimento de sua vontade de evoluir no ramo industrial.

No que concerne ao Maranhão, Caldeira destaca que por volta de 1880 a 1890 quando começa a surgir um crescimento industrial no Brasil, a economia maranhense ainda se encontrava desequilibrada (CALDEIRA, 1988).

O autor ainda destaca que a gênese da indústria de tecidos no Brasil tanto se deve ao próprio desenvolvimento da industrialização na Europa, e particularmente a indústria de maquinas que se desenvolveu com a revolução industrial inglesa, como também a condições de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, vinculado ao mercado internacional agroexportador (CALDEIRA, 1988).

Produzir para exportar e vender a um preço inferior, em relação aos produtos vendidos na Europa, consistia num processo de desvalorização das riquezas. A indústria brasileira, no entanto possuía aspectos que estavam ligados a ela no processo que atendia a demanda interna dos bens exportados. O novo período da história brasileira, foi significativo para que se modificasse o comércio e a produção agrícola, e se iniciasse a autonomização da economia da colônia em relação ao jugo da coroa portuguesa. A partir de novas possibilidades de desenvolvimento no comércio, foram se tornando mais visíveis os processos de acumulação de capital resultantes da ampliação da propriedade fundiária para o cultivo do algodão (CALDEIRA, 1988).

Nota-se que apesar das dimensões e circunstâncias específicas, foram se estabelecendo as fábricas de tecidos em todas as regiões, porém distantes uma das outras, isso ocorreu como um segmento associado diretamente à produção do algodão, e também ao capital mercantil individual, transformando-se em sociedades anônimas, que se tornaram muito numerosas na economia (CALDEIRA, 1988).

Para Caldeira,

A instalação de fábricas em regiões distantes umas das outras e com poucas ligações entre elas, conduziu à formação de parques fabris regionais, permitiu a que o parque fabril nacional se constituísse como um arquipélago de indústrias concentradas em pontos isolados, dentre os mais densamente habitados do país. Por esse motivo, o crescimento da atividade fabril, ocorrido no final do século XIX, seria também apreendido como um processo de industrialização descentralizada (CALDEIRA, 1988, p.3).

Conforme já mencionado, foi na segunda metade do século XIX que foi criada as indústrias têxteis do Maranhão, a exemplo do que vinha ocorrendo em outras províncias do Norte. Ressalte-se que o Maranhão possuía uma produção ainda bastante precária, motivo suficiente para impedir o aparecimento de manufaturas na primeira fase da Colônia, segundo Caldeira (1988).

Nota-se em que ao redor desta fábrica, um núcleo foi formado para a manutenção da produção. Neles o mundo do trabalho e do não-trabalho se tocavam, proporcionando estreitas relações entre o capital e o trabalho. A criação do núcleo deu origem a uma paisagem fabril-têxtil à lógica do capital e do "espírito de

associação e indústria” (CALDEIRA, 1988).

Segundo Magalhães (2006) o investimento de capital e esforços em empreendimentos fabris do tipo têxtil estavam vinculados aos ideais nacionais de progresso e civilidade, no contexto do ideário da modernidade industrial. O ideal de modernidade posto no final do século XIX e no início do XX, caracterizou-se principalmente por transformações arquitetônicas e no espaço urbano.

Neves (2003) considerou que os ideais da modernidade estavam condensados no que então era visto com a associação indissolúvel entre os conceitos de progresso e civilidade, que redesenhavam o quadro internacional.

É nesse cenário nacional que o Maranhão também vai se inserir com instalação das fabricas de tecido de algodão, no final do século XIX, as quais passam a fazer parte desses ideais progressistas perseguidos pela República no país.

Como já se percebeu essas fábricas têxteis eram instaladas fora do perímetro urbano, nas proximidade dos rios e queda d'água, que geravam força motriz par o funcionamento das turbinas hidráulicas. Ao redor formavam os núcleos de produção e manutenção do qual já falamos. Cabe sublinhar que ao seu redor também ficava ainda o núcleo fornecedor da força de trabalho, a qual era formada em sua maioria por mulheres.

O apogeu da indústria têxtil no Maranhão foi breve. No início do século XX o estado perde o ciclo promissor do algodão e encontra-se em situação de elevada pobreza. Nota-se que três fatores contribuíram para que houvesse esse declínio: mercado, mão-de-obra e tecnologia.

Inegavelmente, no Maranhão, o cultivo do algodão sempre esteve atrelado ao mercado consumidor externo e este sobreviveu até meados do século XX sem grandes novidades, cujo algodão era produzido também por pequenos agricultores nas “roças”, o que torna a produção pequena e voltada ainda para o consumo familiar, apesar de o estado ter 400.000 habitantes, com uma capital que não atingia 40.000, o que mostrava que não era pequeno o seu corpo comercial (VIVEIROS, 1992).

Viveiros (1992) ressalta ainda que nas exportações estivessem incluídos as partes conservantes das fabricas de tecidos, que passada a época em que foram construídas e das aberturas financeiras que as passaram a seus proprietários que as fizeram mais ou menos trabalhar. É evidente que a situação da economia

maranhense viesse a influir fortemente na administração financeira do Estado.

A partir de 1920 o Maranhão assistia a decadência do algodão, o que também atrasou a implantação de manufaturas na província. Nesse contexto de crise, até meados da segunda metade do século XIX, a indústria pouco avançou no Maranhão e em outras províncias do Brasil (VIVEIROS, 1992)

Para Viveiros (1992), implantação da indústria têxtil foi também uma forma de sobrevivência do capital mercantil e uma forma de superação da crise da agroexportação, em relação desde a perda do braço escravo.

Vale lembrar que as primeiras fábricas que se estabelecem no Brasil do século XIX, tinham caráter predominantemente agrário-exportador e escravista, com a economia assentada em atividades diversas como a siderurgia, as pequenas fundições, a extração mineral, a atividade têxtil doméstica, agricultura, a pecuária e o comércio voltado para a exportação de produtos agropecuários como o açúcar e o algodão (Viveiros, 1992).

Os produtos da agricultura maranhense em especial o algodão, tiveram que enfrentar os concorrentes no mercado internacional, com os quais não podiam competir em bases iguais. Além disso, como já fora mencionado, a produtividade era inferior, assim condições técnicas e tecnologias aplicadas se comparadas a outros países produtores.

Segundo Teixeira (2003, p. 24), além desses fatores, acrescentava-se, mais uma desvantagem que decorria do uso extensivo da terra possibilitando o seu esgotamento e a devastação de áreas cada vez maiores e inacessíveis, onerando ainda mais a produção com o custo do transporte de regiões tão distantes dos rios. Sem soluções a serem tomadas, a crise no setor agrícola deixou sem saída os empresários comerciais e rurais do Maranhão, que conseguiram salvar parte do capital, quando se deu a derrocada do processo de expansão das culturas do algodão.

No capítulo seguinte veremos como a indústria têxtil se tornou o carro-chefe da modernidade industrial, não só a brasileira, mas também a de outros países (GIROLETTI, 2002). Para Thompson (1987), a indústria do algodão foi certamente à pioneira na Revolução Industrial e a tecelagem foi o modelo preeminente para o sistema fabril.

3. A DENOMINADA “LOUCURA FABRIL” NAS TERRAS MARANHENSES

A loucura que cercava as medidas adotadas no fim do Império e início da República, eram relativas à definição das taxas de câmbio e as tarifas alfandegárias que, ora favorecia a agricultura, outra mostravam-se inclinada ao atendimento das demandas do setor industrial emergente no Brasil. Para sanar essa situação, as indústrias reivindicavam ao Estado que adotasse uma política protecionista, na qual viesse a favorecer suas transações no mercado interno e externo.

Nessa luta de interesses, de acordo com Teixeira (2003), um dos argumentos mais difundidos pelos defensores da agricultura sustentava-se no fato de que a indústria se dividia em duas categorias nas quais seriam: “artificial” pelo fato de depender da importação de matéria-prima, e “natural” devido seu funcionamento estar voltado diretamente ao consumo dos produtos nacionais

Os primeiros passos para a industrialização foram dados somente no século XIX, quando surgiu o primeiro foco industrial. A monocultura, a falta de investimentos no setor, a falta de capitais e tecnologias, foram fatores que influenciaram no crescimento no ramo têxtil.

Assim, o algodão só veio a desenvolver-se no Estado do Maranhão, devido a crise internacional promovida pela guerra entre Estados Unidos e Inglaterra que elevou as suas exportações e, conseqüentemente, provocou um crescimento acelerado na sua produção.

No Maranhão, o setor que ganhou mais destaque na economia no final do século XIX foi têxtil. A expansão gerada pela Revolução Industrial fez despertar o cultivo comercial do algodão, em especial no Nordeste. O estado saiu de um processo de produção artesanal para o industrial.

Com essa explosão comercial, o Maranhão torna-se um dos maiores produtores de algodão. A reboque dessa economia gerada pelo algodão foram nascendo as margens do rio Itapecuru outros empreendimentos que produziam matéria-prima para a indústria têxtil de Codó.

Cabe sublinhar que de 1875 a 1893 já faziam parte do parque fabril maranhense 15 fábricas. Desse total, dez estavam localizadas na capital, 04 em Caxias e 01 em Codó. No ano de 1895 o parque industrial têxtil do Maranhão já contava com um crescimento significativo. O estado tinha naquele momento, vinte e sete unidades têxteis.

Apesar do elevado número de fábricas têxteis na capital, a Companhia Industrial Caxiense, fundada em 1885, foi a primeira a fazer parte da história fabril têxtil do Maranhão. Pela localização privilegiada no Vale do Itapecuru, por anos essa indústria fomentou a formação de latifúndios para plantio de algodão, tornando a cidade de Caxias numa grande fornecedora de algodão para o mercado nacional, e internacional.

No rol de indústrias têxteis que fizeram parte desse momento de transformação do cenário e da economia maranhense, fizeram parte as seguintes fábricas de tecidos: Companhia de Fiação e Tecidos União Caxiense (1885); Fábrica Sanharó (1903); Companhia Manufatureira de Caxias (1896); Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão (1893); Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense – Fabrica Camboa S/A (1890); Companhia Fabril Maranhense (1893); Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil (1890); Companhia de Fiação e Tecidos São Luis (1894); Companhia de Fiação e Tecidos Santa Amélia (1900); e Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo (1894).

De acordo com Viveiros (1992, p. 558-559), existiam, em 1895, no Maranhão, cerca de dezessete fábricas pertencentes a sociedades anônimas e dez que eram de particulares. Dentre essas indústrias, dez eram de fiação e tecidos de algodão, uma de fiar algodão, uma de tecidos de cânhamo, uma de tecido de lã, uma de meias, uma de fósforo, uma de chumbo e pregos, uma de calçados, uma de produtos cerâmicos, quatro de beneficiamento de arroz, duas de pilar arroz e fazer sabão, uma de sabão e duas de açúcar e aguardente.

A denominada “loucura fabril” gerada nas terras maranhense devido ao fato de que o Estado era um grande produtor de algodão, mesmo enfrentando altos e baixos na sua produção, traz imagem da história industrial têxtil maranhense a partir do número de indústrias implantadas no período, a qual também foi marcada por profundas contradições em torno do processo.

Ignorando as contradições, Oliveira (2002) vê a implantação das primeiras fábricas têxteis do Maranhão, como uma ação de visionários, Dias Carneiro, Antônio Joaquim Ferreira Guimarães, Manoel Correia Bayma do Lago, Antônio Luis de Castro, Carlos Soares de Oliveira Neves, Antônio Mariano da Silva Gomes, José Francisco Jorge, Acrísio José Tavares, José da Cunha Santos Guimarães, Cândido Ribeiro, Manoel Matias das Neves Filho, Domingos Luís da Silva, Henry Airlie, Antônio Cardoso Pereirinha, Francisco Xavier de Carvalho e outros.

Para o autor, esses pioneiros ainda não tinham a preocupação com uma produção de qualidade, uma vez que qualidade para eles era sinônimo de exclusividade dos países europeus (OLIVEIRA, 2002).

3.1 O Parque Industrial Maranhense: as primeiras experiências

Até 1755, quando se implantou a Companhia de Comercio do Grão-Pará e Maranhão, a economia maranhense era bastante combatida, predominando a subsistência e a coleta das drogas do sertão. Naquela época, as fontes demonstram que o Maranhão possuía uma produção bastante precária, o que impediu a emergência de manufaturas.

Com efeito, até a segunda metade do século XIX, a indústria pouco avançou no Maranhão e em outras províncias do Brasil. No início do século XIX, apesar da revogação do alvará de 1785 que proibia a implantação de indústrias no Brasil, essa não cresceu, sobretudo por estar submetida a hegemonia comercial inglesa, que obteve privilégios pelos tratados de 1810.

O pesquisador Flávio Reis (1992) enfatiza que é no ultimo quartel do século XIX, que a indústria toma impulso na província do Maranhão, chegando mesmo a existir, no período, um parque têxtil de grande expressão.

Esse parque industrial surgiu como solução para os empresários e investidores que acumularam prejuízos com o fim do trafico, abolição da escravidão e desvalorização das terras. O Maranhão acompanhava, no final do século XIX, o crescimento industrial vivido em outras províncias. Dentre esses empreendimentos, o que mais se destacou foi o ramo têxtil, que operava na fabricação de fios, punhos e tecidos, cujas fibras eram de algodão e cânhamo.

Os fatores que impulsionaram a indústria têxtil do Maranhão podem ser: a existência de mercado interno e externo, este ultimo projetado pela Revolução Industrial; a Tarifa Alves Branco que, de certa forma, protegeu a produção nacional de manufaturas; e a abundância de mão-de-obra barata disponível na província.

Apesar de todos esses elementos que favorecem a implantação da indústria têxtil, ela pode ser vista ainda como forma de sobrevivência do capital mercantil e uma forma de superação da crise da agroexportação, que havia perdido o braço escravo e caído quase em desgraça pela desvalorização das terras.

3.2 De onde vinham os recursos utilizados na construção do parque fabril?

A criação do primeiro Parque Fabril maranhense incluiu-se em várias manifestações concretas e regionais do crescimento industrial, ocorrido no país no final do século XIX, que levou também a uma reunião de capital investido por comerciantes importadores-exportadores, fazendeiros e pessoas ligadas a outras atividades, com o apoio dos governos centrais e regionais. Noutros termos, o referido parque surgiu da iniciativa daqueles indivíduos e de capitais arrecadados também na própria região.

Para Caldeira (1988), quando se iniciou a instalação do parque fabril, o regime de trabalho escravo já se encontrava em progressiva desintegração. Embora o seu surgimento não tivesse se relacionado diretamente com a extinção da escravidão, após a decretação da Lei Aurea, observa-se que é nesse período que acentua-se o interesse pela instalação de fabricas no Maranhão.

Na interpretação desse autor, a expansão da atividade industrial, na região, atingiu o apogeu entre 1890 e 1982. Contudo, Caldeira considera que “a partir de 1893, iniciativas dirigidas para a criação de novas fabricas arrefeceram, como também a produção industrial maranhense enfrentaria dificuldades” (CALDEIRA, 1988, p. 9).

Nos termos de Caldeira (1988), a instalação do parque fabril não chegaria a ter consequências nas quais pudessem denominar-se de “loucura fabril”, por mais que tenha sido verdade que diversos fazendeiros tenham vendido as suas propriedades rurais após a abolição, para investirem em fabricas com o lucro obtido. Para o autor, essa atitude não chegaria ao ponto de ser considerada como algo que se aplicasse um termo tão forte.

4. A COMPANHIA MANUFATUREIRA E AGRÍCOLA DO MARANHÃO

Codó era considerado um importante celeiro agrícola maranhense no final do século XIX. Era produtor do melhor algodão do Estado, fator que levou o empresário luso-maranhense Emilio José Lisboa, com a participação de um grupo empresarial, instalar em Codó uma fábrica de tecidos. Naquela época foi contratado para montar a fábrica o engenheiro Palmério Cantanhede. Como um dos diretores, havia João da Cruz Ribeiro, mais conhecido como João Ribeiro. Homem considerado sensato, organizado, empreendedor, lhe foi confiada a tarefa de contratar o pessoal para trabalhar na empresa que se instalava.

Concluídas as obras desse que era considerado um grande empreendimento para Codó, cujas obras iniciaram no final do século XIX, as máquinas e equipamentos chegaram em barcaças e batelões rebocados pelos navios gaiolas vindos da Inglaterra, onde foram adquiridos.

A montagem desses materiais foi realizada por técnicos, sob a coordenação do engenheiro Palmério Cantanhede. Montada a fábrica, um dos problemas enfrentados logo no início foi a falta de pessoal qualificado para trabalhar nos teares, nas caldeiras e também nos serviços de auxiliares de escritórios, entre outros.

Esse fato, no entanto, não era de se estranhar, tendo em vista que, naquela época, Codó tinha sua força de trabalho voltada predominantemente para a agricultura, dos 17.388 habitantes (CALDEIRA, 1988). Por essa razão, a vila teve que abrigar dezenas de operários que, em geral, vinham de diversas localidades de dentro e fora do Estado, para fazer funcionar a fábrica de tecidos.

A sua inauguração da fábrica de tecidos ocorreu no ano de 1892. Naquela ocasião considerava-se que Codó tinha entrado no rol das cidades onde o progresso havia chegado. O comércio em geral passa a sofrer um incremento e a cidade e seu povo agregou novos hábitos e costumes de uma cidade industrializada.

De sua implantação até a sua falência, a manufatureira teve como diretores nomes como: João da Cruz Ribeiro, Carlos Alberto Ribeiro, Sebastião Archer da Silva, Remy Archer Bayma da Silva, Waldemar Pinto da Veiga, Zenita Bayma, Deolindo Luiz Rodrigues, Raimundo Guilhon do Amaral, Raul Serra Martins, René Matos Bayma, José Merval Xavier Cruz e Fenando Guimarães Carneiro.

A Companhia se instalou com um investimento de 100.000 contos de reis, tendo 150 teares, uma fazenda, e um total de 250 operários. Contudo, o Sebastião Archer fez com que a cadeia têxtil aumentasse e passasse a contar com 400 funcionários, 332 operários de máquinas (teares) e 62 funcionários distribuídos na parte de escritório, vigilância, oficina mecânica, mercenária, eletricidade e serviços gerais. Cabe sublinhar que nos teares e na engomagem a fábrica de Codó, assim como as demais fábricas tecidos, empregavam somente mulheres, uma vez que considerava-se que este era um trabalho mais leve e que cabia a elas exercerem.

No começo da instalação da fábrica produzia um tecido denominado como *Brim* e um outro chamado de Riscado. Ambos foram bem aceitos tanto no comércio codoense, quanto nos comércios das cidades vizinhas e fora do estado, o que vinha confirmar uma visão positiva a respeito da produção na fábrica de Codó.

Produção expandia-se gradativamente até acontecer a morte de João Ribeiro em 19 de fevereiro de 1928. Não obstante, os administradores da empresa não se deixaram abalar com o acontecimento, assim como não deixaram os lucros regredirem, dando prosseguimento à produção de tecidos.

Um dos funcionários contratados em julho de 1908, foi Sebastião Archer da Silva, a sua função na empresa era mais burocrática. Passado algum tempo, assumiu o comando da empresa, tornando-se, mais tarde, o dono da fábrica manufatureira.

Com a expansão da linha de produção, novos tecidos foram fabricados, dentre os quais o *Brim Tabu*, o *Algodãozinho* - nas cores azul e vermelho – e o *Brim 5R*, que representava os nomes dos cinco filhos de Sebastião Archer: Renato, Remy, Ruy, Rute e Ronaldo.

Para dar conta dessa expansão, novos operários foram contratados. De acordo com Caldeira (1988), uma das normas da empresa de tecidos era que os operários que deveriam ser contratados para trabalhar na companhia manufatureira deviam ser recrutados em Codó, onde existiam homens e senhoras a espera de trabalho.

A diversificação da produção têxtil seguiu-se depois de 1894, com a fabricação de fios brancos, toalhas, fios tintos e o chamado doméstico, tecido que era produzido visando outros estados e que tinha como objetivo auferir maior lucro com sua venda dada a sua qualidade.

Mas a companhia não auferia lucros somente com a venda de seus

tecidos. A exploração da mão de obra feminina era também uma das formas mais competentes para obtenção de lucro, sendo que as mulheres tinham mais habilidades em manusear as máquinas de teares. No momento de engomar os tecidos aumentava o ritmo de produção da fábrica.

Aconteceu que demais têxteis do estado, o exército reserva de mão de obra feminina na fábrica de tecido em Codó um caminho com oportunidades de emprego.

Conforme declarou a diretoria da Companhia Manufatureira, havia sido relativamente fácil contratá-las na própria cidade, “porque as codoenses, logo que se abriram as portas da fábrica, a invadiram espontânea e abundantemente, desenvolvendo-se com facilidade no serviço”. Para treina-las, a diretoria da Companhia contratou algumas fiadoras e tecelãs da Caxiense. Como se vê, no interior maranhense já existia contingente de operários têxteis que podiam ser utilizados na habitação de outros, para o trabalho em fábricas de tecidos”. (CALDEIRA, 1988, p. 231)

As condições para a criação de fábricas, inclusive a de Codó, favoreciam a exploração da mão-de-obra que era relativamente abundante dentre os mais de dezessete mil habitantes da época que estavam submetidos à necessidade e a pobreza. De fato, esses fatores facilitavam a contratação no ramo fabril em troca de salários desfavoráveis (CALDEIRA, 1988). Ainda nas palavras do mesmo autor em abril de 1895 a fábrica estava com os 50 novos teares instalados. Não obstante, seus fornecedores de algodão reduziram bastante as entregas dessa matéria-prima, por preferirem exportá-la, auferindo lucros maiores. Não bastando esse problema, as operárias continuavam a faltar ao trabalho.

Diante desses desafios, a têxtil de Codó não expandir sua produção como desejava. No primeiro semestre de 1895, a fábrica havia produzido 365.288 metros de tecidos. Uma produção que tornava-se um pouco superior à realizada na primeira metade do ano anterior.

Sobre essa situação, Caldeira assevera que:

Ademais, a pesar de ser toda vendida, aquela produção não deu lucro à Companhia sua proprietária. No final do semestre, esta se

encontrava em dificuldades para saldar dívidas, embora seus diretores tivessem declarado que o estado da empresa era “bastante próspero para augurar um futuro lisonjeiro”. Tal declaração, sem dúvidas, procurava acalmar os acionistas da Companhia, inquietos com os maus resultados da fábrica e das vendas da produção desta, no semestre”. (CALDEIRA, 1988, p.250)

A ausência de funcionárias no trabalho e a escassez de algodão para produção de tecidos era um entrave para o aumento da produção na têxtil da manufatureira de Codó. Na mesma medida, esse problema era um entrave para a elevação dos lucros da empresa.

Cabe sublinhar que o setor têxtil codoense reclamava que contava com operários que não possuíam uma regularidade de trabalho, seja no quadro de horários a cumprir, ou por não se apresentarem ao local para laborar (uma vez que esta mão de obra era bastante explorada).

Diante da ausência de fontes concretas para formalizar como ocorreu o fim desta companhia, podemos dizer que o vazio historiográfico deixa a desejar diante da contribuição na ampliação de novos conhecimentos. Por sua vez, sabe-se que o seu final deu-se no início da década de 1930, diante da escassez da principal matéria prima (algodão), devido a grande oferta e a falta deste produto, falta esta que se deu em razão de grandes produtores da região deixar de produzir ou mesmo por falta de significativos lucros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar uma interpretação da história da fábrica manufatureira de Codó a partir do processo de industrialização têxtil maranhense com a instalação de fábricas desse porte, com destaque à análise dos fragmentos históricos da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, instalada na cidade de Codó, foi um desafio na construção do campo do conhecimento acerca da história sociohistórica do município.

O exame das fontes e das informações acerca dos fatos ocorridos que serviram de base para esta pesquisa, foram exercidos com dificuldades tendo em vista que parte significativa dessas fontes de pesquisa foram encontradas na Biblioteca Pública Benedito Leite que está localizada na cidade de São Luís.

O estado desse material não é bom, apesar dos esforços da biblioteca para preservá-los. Algumas fontes encontravam-se rasgadas dificultando o exame e a pesquisa em sua amplitude. Não obstante, isso não foi um obstáculo para que esta não fosse realizada.

Esse ensaio que se apresenta aqui na forma de pesquisa não é um resgate de um passado vivido, mas uma interpretação para história que poderá ajudar os pesquisadores futuros que se interessarem pela história têxtil que se desenvolveu no Maranhão.

As informações obtidas no decorrer deste trabalho a respeito da economia algodoeira no Maranhão ainda são poucas, mas relacionando-as ao processo de industrialização no Brasil e contextualizando suas informações sobre as fábricas têxteis e possível perceber nesse painel o papel da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, em Codó.

O algodão no estado do Maranhão a contribuir para o desenvolvimento econômico das elites regionais e da capital, proporcionando o acúmulo de capitais auferidos da exploração da extensa mão de obra que, pela necessidade, se submetia à longas jornadas de trabalho.

O título de melhor produtor de algodão não coadunava com a forma com que ele era extraído e tampouco com a que era produzido na fábrica. A economia maranhense, em seu curso histórico, luta para manter uma imagem grandiosa na produção têxtil, a qual desempenhou seu papel mediante inúmeras contradições,

pois não conseguiu retirar o estado do atraso econômico que sempre mencionou e tampouco elevou esse estado à condição industrializado ou desenvolvido.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDEIRA, José Ribamar Chaves. **Origens da indústria no sistema agro-exportador maranhense (1875-1895): estudo micro-sociológico da instalação de um parque fabril em região do Nordeste Brasileiro no final do século XIX. 1988.** Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. **História Econômica.** In: **VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro (Org.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GIROLETTI, D. **Fábrica: convento e disciplina.** 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

GODOY, João Miguel Teixeira de. **A fábrica e o mundo fabril nos estudos acadêmicos brasileiros.** In. História: Questões e Debates, Curitiba, n. 52, p. 175-203, jan./jun. 2010. Editora UFPR.

LUZ, Nícia Vilela, **A Luta da Industrialização do Brasil.** Alfa Ômega: São Paulo, 1978.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. **Mundos do capital e do trabalho: a construção da paisagem fabril itabirana (1874- 1930).** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

NEVES, Margarida de Souza. **Os Cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX.** In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, Antonio Guimarães de: **A Cotonicultura no Médio Vale do Mearim entre 1920 1960- o caso de bacabal.** Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Estadual do Maranhão. São Luis, 2002.

REIS, Flávio Antonio Moura. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1850/1930)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: UNICAMP, 1992.

TEIXEIRA, Cleudia Menezes Graça. **O Ciclo do Desenvolvimento da indústria têxtil em Caxias-MA**. 2003. 365p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285458>>

THOMPSON, Edward. P. (1987). **A Formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da liberdade**. Vol. I 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VIVEIROS, Jeronimo de. **História do Comércio do Maranhão (1896-1934)**. Associação Comercial do Maranhão: São Luis, 1992.